

# Tradições e punições: A cachaça do marujo e o uísque do comandante

**Elizabeth Espindola Halpern**

*Psicóloga da Marinha do Brasil*

**Ligia Maria Costa Leite**

*Professora colaboradora do Ipub/UFRJ*

Este artigo parte de um estudo etnográfico, baseado em observação participante, em dois grupos terapêuticos do Centro de Dependência Química (Cedeq) da Marinha do Brasil. Os resultados apontaram que a instituição ao mesmo tempo estimula e proíbe o consumo de etílicos a bordo, aplicando medidas administrativas e punitivas sem critérios claros, evidenciando diferenças nos modos de beber entre as praças e os oficiais. Em conclusão, a Marinha desconhece em que medida atua como facilitadora da produção do alcoolismo desses pacientes ao sustentar tradições navais favoráveis ao consumo de bebidas durante a jornada laboral e ao aplicar medidas dúbias.

**Palavras-chave:** alcoolismo, saúde ocupacional, condições de trabalho, marinha, tradições

This article **Traditions and Punishments: The Deckhand's Cachaça and the Captain's Whisky** reports an ethnographic study based on participative observation in two treatment groups at the Brazilian Navy's Chemical Dependence Centre (Cedeq). The results indicate that the institution simultaneously encourages and prohibits the consumption of alcoholic beverages aboard, applying administrative and punitive measures without any clear criteria, and displaying differences between drinking by seamen and by officers. In conclusion, the Navy is unaware of the extent to which it acts as facilitator of alcoholism among these patients by sustaining naval traditions that favor drinking during work hours and by applying dubious measures.

**Keywords:** alcoholism, occupational health, work conditions, navy, traditions

## Introdução

Recebido em: 05/05/2013

Aprovado em: 23/01/2014

**A** Marinha do Brasil (MB) criou, em 1997, em seu Hospital Central, o Centro de Dependência Química (Cedeq), ambulatório especializado no tratamento dessa condição, iniciativa pioneira no âmbito das Forças Armadas brasileiras, dando início oficial às ações voltadas a esse problema. Nos anos subsequentes, além do Cedeq, outras organizações militares (OM) encarregaram-se da prevenção primária e da desintoxicação. Contudo, ainda se conhece muito pouco a respeito dos fatores envolvidos na construção da dependência desses pacientes em relação ao álcool, sobretudo no que concerne à participação da instituição naval. As pesquisas inaugurais sobre esse assunto foram feitas apenas recentemente, realizadas no próprio órgão (HALPERN, FERREIRA e SILVA FILHO, 2008; HALPERN, LEITE e SILVA FILHO, 2010; HALPERN e LEITE, 2010; 2011a; 2011b; 2012a; 2012b; 2013). Este artigo é fruto de uma das vertentes da pesquisa da

1 A ordenação hierárquica dos oficiais é feita por círculos e, dentro deles, por postos, o mais alto é o de almirante-de-esquadra, o mais baixo o de segundo-tenente

2 “Embora “praça” seja um substantivo de dois gêneros, sendo usado tanto no masculino quanto no feminino, na Marinha do Brasil o termo é usado apenas no feminino, com “as praças” designando tanto homens quanto mulheres. O grau hierárquico da praça é a seguinte: marinheiro (MN), soldado (SD), cabo (CB), terceiro-sargento, segundo-sargento, primeiro-sargento (1º SG) e suboficial (SO).

3 Esse movimento ilustra o caráter circular do processo de coleta e interpretação de dados que viabilizou uma aprendizagem reflexiva, alicerçada na perspectiva interacionista (WHYTE, 2005[1943]), considerando que os indivíduos são produto da interação social (MEAD, 1982; BLUMER, 1986) e que a realidade é socialmente construída, em consonância com a visão da sociologia do conhecimento. Os registros foram realizados em um caderno de campo na medida em que os dados emergiam espontaneamente, a partir da observação direta sobre o objeto estudado (MALINOWSKI, 1984[1922]). Para não prejudicar o fluxo da terapêutica do grupo, algumas anotações gerais foram feitas durante a terapia, já que a pesquisadora se manteve na posição de observadora. Após as sessões, esses apontamentos foram redigidos e organizados, procurando apreender a essência das informações colhidas.

tese de doutorado da primeira autora (acompanhado pela segunda) sobre a influência da instituição naval na construção do alcoolismo dos pacientes militares do Cedeq, em particular os aspectos relacionados às tradições navais em prol do consumo de bebidas no cotidiano laborativo. Pois para fins deste texto, serão abordadas algumas das principais constatações desses estudos, em particular a maneira como a instituição naval lida com o consumo de bebidas alcoólicas na jornada laboral. Pretende-se explorar como a organização naval tem um posicionamento dúbio, ora cultivando as tradições navais que requerem a liberação, ora aplicando punições pelos erros no trabalho decorrentes dessa prática. Com efeito, partindo-se do ponto de vista dos pacientes, deseja-se colocar em relevo as diferenças de comportamento e de tratamento entre oficiais<sup>1</sup> e praças<sup>2</sup> no que diz respeito às formas de ingerir etílicos a bordo.

## **Método, processo de coleta e interpretação de dados**

Realizou-se uma pesquisa qualitativa, etnográfica, através da observação participante (MALINOWSKY, 1922/1984; MINAYO, 2006; MINAYO, DESLANDES e GOMES, 2007) em dois grupos terapêuticos do Cedeq, ao longo de 24 sessões de grupoterapia. O método etnográfico ajudou a entender a perspectiva dos indivíduos investigados (SPRADLEY, 1979), assim como a longa imersão nesse espaço, iniciada em 2005, quando a pesquisadora citada se tornou psicóloga clínica dos grupos terapêuticos e chefe do Cedeq. Desde então, ela deu início às observações e reflexões sobre os significados do consumo de álcool no trabalho, mergulhando no universo, códigos e linguagem do outro, de modo a apreender as regras, costumes e convenções a governarem a vida do grupo estudado. O emprego da etnografia crítica (SCHWANDT, 1997) permitiu a inspeção do comportamento dos indivíduos no seio organizacional, examinando seus aspectos histórico, social, cultural e político (FOSSEY, HARVEY, McDERMOTT e DAVIDSON, 2002). Adiante, como aluna de doutorado e pesquisadora, ela deu início a uma observação participante mais focal em dois grupos da fase inicial do tratamento, durante 24 sessões, em 2010<sup>3</sup>.

Este estudo embasou-se em uma perspectiva construtivista, considerando que tanto a entrevistadora quanto os entrevistados estiveram ativamente envolvidos na construção de significados (HOLSTEIN e GUBRIUM, 1995; WHITLEY e CRAWFORD, 2005; GROLEAU, YOUNG e KIRMAYER, 2006). A compreensão interpretativa ajudou a investigar um determinado ângulo da realidade cultural, buscando-se uma explanação causal a respeito da produção e dos efeitos da ação social (WEBER, 2003). Para tanto, foi essencial desenvolver uma atitude etnográfica: uma maneira de olhar e de construir o relato, uma atitude e uma perspectiva capazes de capturar a dimensão da experiência. Com efeito, procurou-se adotar um modo de pensar hermenêutico (PALMER, 1986; MINAYO, 2006) que valorizasse o movimento de se colocar no lugar do outro para compreendê-lo e acreditar que as histórias e as biografias têm um significado latente ou profundo, a que se chega pela interpretação. Adicionalmente, tendo em vista que os resultados de um estudo qualitativo dependem da transparência com que o processo de pesquisa é descrito, outra questão metodológica relevante refere-se à interação entre o entrevistador e os entrevistados (RICHARDS e EMSLIE, 2000), especialmente pela familiaridade de uma das pesquisadoras com o campo por ter sido ao mesmo tempo chefe do Cedeq, oficial da MB e uma das psicólogas dos grupos terapêuticos<sup>4</sup>.

Indubitavelmente, o estatuto duplo da primeira autora, pessoal e profissional, exigiu um permanente posicionamento de estranhamento, ou melhor, um constante “estado etnográfico” (DUARTE e GOMES, 2008). Esse foi um aspecto que, ao mesmo tempo, participou como elemento de produção de conhecimento do campo de estudo e de análise dos dados, reconhecendo-se que, embora seja um mundo social familiar, essa familiaridade é aparente, requerendo um trabalho de autoconsciência para proceder à objetivação de seus elementos fundamentais (BOURDIEU, 2005). Desse modo, buscou-se transformar o familiar em exótico e o exótico em familiar (DA MATTA, 1978), enfrentando o desafio da proximidade (VELHO, 1978; 1998)<sup>5</sup>.

A amostragem, a coleta, análise e interpretação dos dados ocorreram de forma interativa (circular), não sequencial (TESCH, 1990; MAXWELL, 1996; FOSSEY et alii, 2002), admitindo a realização de *feedback loops* (retroalimentação) (WHITLEY e CRAWFORD, 2005). Portanto, essas etapas fluíram de modo dinâmico, ao invés de cumprirem um roteiro estanque.

4 A despeito das prováveis distorções que possam interferir nos resultados, sempre haverá alguma contaminação, tendo em vista que não existe neutralidade absoluta (MALTERUD, 2001). Por isso, foi fundamental levar em conta o papel da pesquisadora nesse cenário, incorporando-o ao debate da pesquisa, em vez de deixá-lo relegado ao acaso. Como Barth (2000) esclarece, a realidade é fruto de uma construção cultural, não surge de uma única fonte: “Cada pessoa está ‘posicionada’ em virtude de um padrão singular formado pela reunião, nela, de partes de diversas correntes culturais, bem como em função de suas experiências particulares” (p. 137).

5 Destaca-se a discussão sobre o comportamento padronizado e do desempenho de papéis, tanto da pesquisadora quanto dos sujeitos no decorrer do estudo (BERREMAN, 1962/1980). Portanto, na pesquisa teve lugar uma interação social envolvendo o controle e a interpretação de impressões, acionados pela primeira autora, na qualidade de psicóloga e pesquisadora, e pelos pacientes, nos grupos e nas observações de campo, pois sempre há algum grau de dissimulação entre as partes. Logo, ambas modularam seus papéis, conscientemente ou não, pelas regras de polidez e decoro, selecionando o que desejavam expor ou ocultar, elementos cujo acesso é invariavelmente controlado, resguardando o livre ingresso em sua intimidade. Em assim procedendo, condicionaram a elaboração de suposições referentes aos seus *ethos* (GOFFMAN, 1959). Para tal, foi importante considerar a questão da reflexividade, a conscientização, por parte do pesquisador, sobre a influência de determinados elementos presentes na interação com os entrevistados, tais como gênero, etnia e classe social.

## Descrição do campo

O tratamento em grupoterapia se desenvolve ao longo de cinco etapas: grupo motivacional; fases I; II; III; e grupo de consolidação. A permanência em cada fase varia dependendo do aproveitamento individual dos pacientes. Sobretudo se espera que o indivíduo alcance a abstinência e experimente mudanças em suas formas de agir e pensar. O programa de tratamento prevê que as fases tenham atividades e objetivos específicos a serem alcançados, incluindo a leitura de textos, frequência a palestras, apresentação de filmes, embasando-se em técnicas comportamentais e nos 12 Passos e nas 12 Tradições dos Alcoólicos Anônimos. Por influência dessas diretrizes, o tratamento privilegia o atendimento em grupo, acreditando que a ajuda mútua facilita a superação da adicção (ALCOÓLICOS ANÔNIMOS, 1996).

As observações ocorreram em dois grupos que se encontravam na primeira etapa do programa, cujo objetivo é a adesão ao tratamento, a luta pela abstinência e a recuperação. A composição desses grupos se alterou ao longo do estudo, tendo em vista que eles são abertos. Em geral, tinham cerca de 10 integrantes, de faixa etária entre 21 e 62 anos. Apesar de o Cedeq estar aberto a todo pessoal da MB a partir da idade de 18 anos, a totalidade dos pacientes são praças; os oficiais, raramente procuram o órgão, preferindo consultas particulares. A categoria das praças inclui as graduações: marinheiro, soldado, cabo, terceiro-sargento, segundo-sargento, primeiro-sargento e suboficial. Elas são a maioria numérica da organização e estão abaixo da pirâmide da cadeia de comando. Em geral, são responsáveis pela manutenção e operação dos equipamentos e conservação de compartimentos de suas unidades militares (BRASIL, 1980).

## Tradições versus contravenções disciplinares

Os pacientes revelaram existir tradições navais considerando capital a presença de bebidas durante o horário de trabalho – *tradições etílicas navais* –, sendo impensável sua exclusão. No entanto, a despeito dos costumes, o Regulamento Disciplinar para a Marinha

(RDM) estabelece, no Art. 7º, o que são contravenções disciplinares: “apresentar-se em Organização Militar em estado de embriaguez ou embriagar-se e comportar-se de modo inconveniente ou incompatível com a disciplina militar em Organização Militar” e “introduzir clandestinamente bebidas alcóolicas em Organização Militar”, conforme os itens 35 e 68, respectivamente. Por conseguinte, o contraventor deverá ser punido segundo o RDM (BRASIL, 1983).

Apesar do regulamento, os pacientes informaram haver oportunidades de beber e distribuição de bebidas no expediente laborativo. A seguir, um paciente fala da presença de um bar em sua unidade:

Hoje em dia tem bar. O comandante autoriza: “Vamos botar um bar pros sargentos” [reproduzindo a decisão do superior]. Um bar caracterizado mesmo, como um botequim. Você pede cerveja à vontade; refrigerante, se quiser. O comandante da minha unidade autorizou pros suboficiais e sargentos.

Embora seja permitido beberem graças à sua maior *antiguidade*<sup>6</sup>, o cabo e o marinheiro não teriam essa “prerrogativa”. Estratégias para driblar as normas visando o consumo de bebidas acabam se proliferando, como o ingresso dos mais *modernos* na condição de “convidados”, evitando a punição: “As outras graduações sempre têm os convidados: os cabos e soldados. Os soldados são novos, eu não vejo soldados participando de rodadas de bebida”.

Observa-se que cada Comando libera o consumo de etílicos desde que ocorra segundo as normas em vigência. Nesse caso, a cerveja foi autorizada aos mais antigos. Segundo as opiniões emitidas nos grupos terapêuticos, essas cláusulas estariam alinhadas com a mentalidade reinante pautada na visão de que alguns sujeitos “sabem beber”, enquanto outros “não sabem beber”:

O bar dá certo pra quem consegue se controlar. Em alguns lugares eu vejo que tem bar e alguns bebem normal, e outros se excedem. O pessoal lá no quartel gosta de beber muito! Bebem só na hora do almoço. Na hora do almoço bebe uma dose pra abrir o apetite. Alguns bebem escondido.

6 O critério da antiguidade refere-se ao tempo de serviço no posto ou graduação e/ou à maior patente. Os mais antigos são os de maior patente/graduação, podendo coincidir com o maior tempo de serviço. Os mais modernos são os de menor patente/graduação. Geralmente, eles têm um tempo de serviço na atividade menor e podem ser mais jovens. Por exemplo, o soldado é muito moderno, tem pouco tempo de serviço; costumam ser jovens. O almirante é muito antigo, tem muitos anos de Marinha; tem mais idade.

Geralmente, a noção de “controle” se confunde com o desenvolvimento da tolerância ao álcool, ou seja, quando o sujeito precisa beber mais para obter os mesmos efeitos. O indivíduo que não dá sinais de intoxicação acaba sendo visto como sujeito “forte” e que “consegue se controlar”. Porém, a capacidade de beber “normalmente” ou “socialmente” pode ser “perdida” ao longo do tempo. De fato, não há como saber se uma pessoa que começa bebendo “apenas” na hora do almoço poderá passar a consumir cada vez mais até se tornar um dependente do álcool. Logo, a autorização para a venda de cervejas para “abrir o apetite” pode contribuir para a progressão do beber abusivo. Contudo, prevalece a crença de que essa bebida, por ter menor teor alcoólico, não produz efeitos nocivos à saúde da tripulação e não contribui para a produção de falhas laborativas: “Só o que vende no bar é a cerveja; a aguardente, em si, não. Eles levam [*para o trabalho por conta própria*]. Na época em que eu bebia, tinha ocasiões que eu levava”.

As autoridades navais parecem ignorar que o aumento dos níveis de álcool na corrente sanguínea pode ser obtido com a ingestão de um número maior de “latinhas”. Em outras palavras, ao permitirem a venda exclusiva de cerveja, vetando a distribuição de bebidas “quentes” (com maior teor alcoólico), acreditam estar evitando a intoxicação alcoólica. Percebe-se que há uma gestão desses assuntos ancorada na desinformação e mitos sobre as substâncias psicoativas. Por outro lado, se os superiores hierárquicos incluem a caipirinha no cardápio, seu consumo parece ser assimilado sem controvérsias, ancorando-se na justificativa da tradição naval a ser mantida: “A aguardente é liberada na famosa feijoada da sexta-feira, como aperitivo. Se o sujeito for pego bebendo a aguardente, ele se complica; se for pego bebendo cerveja, é autorizado”. Nesse panorama, a irrupção do alcoolismo seria visto como um problema restrito ao “mau beber”, solucionado com o seu afastamento do epicentro da administração naval, sobretudo das funções operativas.

A próxima fala convida à reflexão sobre as condições para que haja o consumo durante o expediente: contanto que não “atrapalhe” o serviço na OM; desde que seja na hora do almoço ou após o expediente; e, por fim, se a sua quantidade for “pouca”:

Tem a famosa “vaquinha” pra fazer churrasco. O pessoal compra uma cerveja e uma carne. Normalmente, o Comando autoriza a fazer num horário que não atrapalhe o quartel, que pode ser na hora do almoço, de 11h30 à uma hora, começa a trabalhar de novo; ou faz depois do expediente.

Essas condições costumam habitar as deliberações das chefias, dando um ar de controle da situação. Porém, até que ponto o consumo de uma única “latinha” não é capaz de prejudicar o manejo de um armamento ou o reparo do motor de uma aeronave? Como determinar o que é “muito” ou “pouco” considerando as diferenças individuais, orgânicas e psíquicas? A dificuldade em se estabelecer uma medida pode ser atestada por outro paciente: “No navio a ‘Skol’ [cerveja] é liberada. Bebo todos os dias na hora do almoço: 12 latinhas, das 11h à uma. O desânimo que sinto de manhã desaparece, à tarde fico legal!”

Cabe refletir que o aparente bem-estar desse indivíduo sugere o grau de dependência que seu organismo e psiquismo desenvolveram em relação à substância etílica, precisando ingerir uma quantidade expressiva de cervejas no intervalo de apenas duas horas. Tendo em vista que o comando do navio admite tal liberação, qual vem a ser a sua responsabilidade pelas consequências desse uso? Em que medida é possível estipular, com segurança, a quantidade de bebidas a ser ingerida durante a jornada de trabalho, mesmo sendo no intervalo do almoço?

Ele chega bêbado todo o dia, mas o encarregado gosta dele, dá conceito cinco<sup>7</sup>. Ele faz tudo “na marca” [perfeito], “não deixa pegar nada” [não dá problema]. Nunca deu problema a bordo, mas não quer se tratar de jeito nenhum! Ele é operador de guindaste!

Apesar de esse profissional operar o guindaste alcoolizado, ele continuou a receber conceito cinco, ou seja, sua avaliação pessoal e profissional manteve-se ótima. Com efeito, indaga-se até quando ele será mantido nessa função antes que surja algum acidente no trabalho? Ademais, o que pode ser considerado como um prejuízo laboral? Qual o grau de relevância/periculosidade das tarefas para se definir qual trabalhador poderia ser autorizado a beber?

7 Avaliações semestrais de desempenho profissional atribuem conceitos de um a cinco aos militares, sendo o conceito cinco o maior e, por conseguinte, o mais almejado.

Embarquei num navio que, pô, praticamente, tudo o que acontecia tinha bebida! [com indignação:] “Ah, o navio vai pra Natal!” [a partir daí, reproduz a conversa entre militares do navio]. “Ah, tá: duas caixinhas de cerveja pra galera aí!” “Ah, vai ter baldeação [limpeza] do navio!” “Ah, uma caipirinha!” Tudo isso é um incentivo.

A distribuição de bebidas parece ocorrer de modo inconsequente e irresponsável. No dia a dia laborativo, um contingente de adeptos tende a ser “treinado” para beber (HALPERN, LEITE e SILVA FILHO, 2010), aumentando as chances de que alguns desenvolvam a dependência química: “Na manobra tinha que ter a ‘bambona’ [recipiente] de cachaça. Vai tirando um gosto nos intervalos. Foi assim que aprendi na Marinha”.

Trata-se não de um consumo que se esgota em função dos efeitos fisiológicos e psicológicos produzidos pela ação química da substância etílica, mas de um comportamento entranhado na vida desses militares. Embora não haja uma consciência nítida desse “aprendizado”, os próprios pacientes revelaram a existência de *comportamentos etílicos navais* produzindo o habitus alcoólico (HALPERN, FERREIRA e SILVA FILHO, 2008; HALPERN, LEITE e SILVA FILHO, 2010; HALPERN e LEITE, 2011a; 2012a, 2012b).

A construção desse habitus engloba um mosaico de aspectos da vida do indivíduo, desde a mera ingestão da cachaça até a participação coletiva nas farras. Trata-se de uma aprendizagem disseminada, compartilhada e reproduzida no trabalho, incutida de forma insidiosa desde o ingresso dos calouros na organização. Isso não quer dizer que todos os militares a entrarem na MB aderem a essas práticas e se tornam dependentes do álcool; porém, muitos acabam sendo “adestrados” a pensar e a se comportar em torno da permanente reedição das práticas etílicas:

Tinha bebida dentro do serviço, dentro do quartel, né? Geralmente, às sextas-feiras, tinha feijoada, mocotó, certos tipos de comida que tinha aperitivo pra guarnição, né?! E sexta-feira tinha a famosa feijoada, tinha mocotó, a comida que vinha com a caipirinha. Até hoje continua, até hoje a Marinha tem. Alguns locais podia não ter por causa das condições financeiras.

O habitus alcoólico é uma construção que, distinta da concepção tradicional linear e objetiva do alcoolismo como doença, refere-se a uma dinâmica que se instala profundamente na vida do sujeito, não por força exclusivamente de mecanismos subjetivos, genéticos ou familiares, mas por um tipo de idiosincrasia social/laboral, expressada em âmbito corporativo, abençoada e endossada pela cultura naval.

## A caçaça do marujo e o uísque do comandante

A Marinha é uma mentira, as senhoras [*dirigindo-se às terapeutas*] já ouviram isso, né? O almirante bebe uísque e o marinheiro bebe caçaça. De manhã cedo o despenseiro [*responsável por servir alimentos e bebidas*] já chega com o uísque do almirante.

Embora o gosto pela libação seja amplo, deixando os adeptos igualmente ávidos por oportunidades de brindar algum evento, há distinções entre as praças e os oficiais. A despeito das diferenças de preço entre as bebidas, reservando-se à autoridade de maior patente aquelas de maior custo e prestígio, as variações não se limitam ao tipo a ser degustado, seja ele caçaça ou uísque. As *sociabilidades navais* e os vínculos parecem se desenrolar com a ajuda do álcool. No entanto, segundo o ponto de vista dos pacientes, os oficiais disfarçariam sua atração pelo álcool organizando eventos para consumirem bebidas alcoólicas, bebendo de forma autorizada, isto é, nas solenidades, nos coquetéis e cerimônias militares: “Acho que não podia ter bebida a bordo, não só a nível de praças. Os oficiais também não podiam beber. Mas eles sempre patrocinam coquetelzinho, ‘uísquezinho’, no expediente mesmo!”

Outro paciente confirmou que os oficiais bebem em um local de acesso restrito onde poderiam ingerir com maior privacidade, sem o testemunho dos subalternos: “Os oficiais, normalmente, bebem na Praça d’Armas [*refeitório de oficiais*]. Lá sempre tem uísque, coquetel antes do almoço... Tem pras praças só quando é autorizado. Bar, só pros oficiais”.

Com efeito, por conta de sua discricção, prevalece a imagem de que os oficiais sabem gerenciar a quantidade de bebidas, ao passo que as praças seriam estigmatizadas com o rótulo de serem mais suscetíveis aos efeitos do álcool,

até porque quando bebem, o fazem ostensivamente: “Pros oficiais, ‘não pega nada’ [*não tem problema*], eles bebem lá no canto deles, são discretos. Eles é que são espertos! Nós, quando bebemos, dá logo na vista”.

Enquanto esse paciente sugere que a atitude dos oficiais é fruto da “esperteza”, o próximo considera que os oficiais, por terem uma responsabilidade maior com um número grande de indivíduos sob comando, precisariam ter um maior autocontrole:

Do pessoal que eu conheço, não vou botar tão alto, 70% ingere álcool sem limite, tanto praça quanto oficial. O oficial é mais difícil, porque, se entregar [*à bebida*], aí, acabou. Isso eu já cansei de ver. A gente [praças] tem uma etapa [*um grupo*] pra comandar. Quer dizer, o oficial, se perder a cabeça no serviço... e o restante do pessoal todo? Aí, ele tem que segurar um pouco mais. Ele é mais exigido.

Embora haja um interesse dos oficiais em estarem sóbrios para conduzirem seu grupamento, os pacientes relatam que a realização das tarefas acaba sendo cumprida com a distribuição deliberada de bebidas autorizada pelos próprios oficiais:

O pessoal que serve embarcado conhece o sistema da “baldeação” [*limpeza do navio*] quando chega no porto, sabe? É “faxina” [*arefa*] pesada! Isso acontece mesmo! Na Marinha, é assim que funciona: distribuem bebidas pra gente dar conta do recado.

Por outro lado, como visto, muitas vezes são as próprias praças que tomam a iniciativa de trazer as bebidas para suas unidades militares. A seu turno, os oficiais tenderiam a fazer “vista grossa”, fingindo não verem que seus subordinados estão bebendo no serviço por saberem que isso ajuda a consecução de tarefas, sobretudo as mais pesadas: “Às vezes eles fingem que não percebem e deixam pra lá, contanto que o serviço saia direito”.

A próxima narrativa atesta a facilitação das autoridades navais para o consumo de bebidas a bordo:

Facilita, facilita! Muitas vezes, nos coquetéis, o pessoal usa o álcool, cerveja, às vezes caipirinha. O navio chega, no final de semana tem uma feijoada, caipirinha. Isso aí só vai aumentando. Tem be-

bida a bordo [reproduzindo a fala da tripulação]: “Se você pode, eu posso também”. Essa é a mentalidade que mais aparece: se os oficiais podem, eu posso também!

**Vê-se que os militares menos graduados se sentem no direito de beber também, copiando o exemplo dos mais *antigos*:**

Os comandantes, almirantes, mandam vir bebida. O mau exemplo vem de cima, não tem como! O almirante vai fazer um “pica-do” [*carne*] tal e vai chamar não sei quantos convidados. Bota aí: duas garrafas de uísque, duas caixas de cerveja, mais não sei o quê, não sei o que lá, salgadinho...

Ainda que os oficiais tentem ser discretos, sempre haverá algum espectador para testemunhar a ciranda de tulipas e de taças circulando nos gabinetes e nas Praças d’Armas.

### **Ambivalência institucional: entre tradição e punição**

Constatou-se na pesquisa que a tradição de beber a bordo tende a ser um tema sacrossanto e intocável, alimentando-se de uma mítica de que o marinheiro e o álcool são uma combinação obrigatória que não se pode contestar. A organização naval, por sua vez, apresentaria um perfil dual e paradoxal perante o uso de etílicos no ambiente de trabalho:

Quando você começa a errar muito, a trazer problemas administrativos... [*pensativo*]. Enquanto você gerencia sua bebida... Quando você não sabe gerenciar e traz problemas administrativos. Quando você tá bebendo “socialmente” [*faz com os dedos o sinal de aspas*], tá tudo bem. Não é permitido pelo RDM. Quando tem uma festa, era pra ter refrigerante! Tem pros sargentos, mas não é autorizado a beber no cassino. Não é autorizada bebida, mas tem OM que permite. Não tem regra geral, é de comando pra comando. Tem comandante que autoriza, outro não.

Pelo relato dos pacientes, observa-se o emprego de procedimentos aleatórios para lidar com a questão da ingestão de bebidas alcoólicas, que variam segundo o ponto de vista das autoridades. A ambiguidade na interpretação e aplica-

ção das normas parece ser bastante corriqueira: “Se você quisesse, podia levar bebida, às vezes ‘pegava’ [*dava problema*], às vezes não ‘pegava’. Você podia beber escondido, sem ninguém te incomodar, né?”

O álcool está presente nas sociabilidades dos mais antigos, inclusive dos oficiais. De fato, a carreira militar faz determinados apelos para despertar e consolidar laços entre seus integrantes, fundamentados em um *ethos* próprio a pressupor um compromisso duradouro, mesmo que superficial, sem entrar a fundo nas histórias pessoais. E, na MB, o vínculo se desenvolve com a ajuda do álcool, sem distinções, em todos os círculos militares, seja dos oficiais ou das praças:

Acho que a Marinha contribui pra usar o álcool, porque todo mundo usa o álcool. Vamos botar assim, na Marinha, as pessoas saem muito, geralmente pra noitada. Porque quem tá casado pode dar desculpa que tá de serviço [*referindo-se ao serviço de pernoite a bordo*].

Trata-se de um consumo aprendido e reaprendido, uma experiência socialmente adquirida, sobretudo para lidar com os desafios laborais. Em outras palavras, há atividades laborativas peculiares à vida naval, nomeadas de *trabalhos marinheiros* (HALPERN e LEITE, 2013), capazes de provocar sofrimento; em resposta, os militares buscariam conforto nas experiências étlicas como uma forma de compensação pelo desgaste (HALPERN, LEITE e SILVA FILHO, 2010): “Na Marinha todo mundo sai muito, bebe muito, as pessoas tão sempre bebendo. É um jeito de desestressar, também, porque o sistema militar é um pouco maçante. (...) O cara vive a bordo! A rotina é isso, meio maçante”.

Pois apesar de ter-se em conta que esse depoimento tenha a pretensão de tornar geral a experiência do beber na Marinha, ao mesmo tempo os relatos de diversos pacientes coincidem com essa percepção de que tal ingestão encontra-se disseminada.

Ao mesmo tempo que a *tradição étlica* coopera para desenvolver a tolerância ao álcool, paralelamente, ocorre a progressão da (in)tolerância institucional ao consumidor. Paulatinamente, o servidor deixa de ser

apoiado para ser repellido: a tradição é substituída pela punição. A ação química do álcool sobre o comportamento parece agir como “gatilho”, acionando questões mais profundas da corporação, desnudando temas tabus atinentes às diferenças de tratamento entre praças e oficiais, tornando-os perceptíveis.

O beber a bordo é considerado uma tradição naval importante, cultivada e ensinada, apesar de não ser autorizada oficialmente. Todavia, é interessante notar que a própria questão da tradição costuma ser naturalizada, como se a pretensa ancestralidade de uma determinada prática justificasse sua manutenção. Cabe esclarecer que as tradições são inventadas:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM, 2008, p. 9).

A reprodução das práticas étlicas gera uma pressão permanente nos indivíduos para beber: “No churrasco de Natal não tem jeito de se ‘escamar’ [evitar]. Fico quieto no meu canto bebendo guaraná. Mas os camaradas não se conformam, ficam ‘fazendo guerra’ [implicando] pra eu voltar a beber”.

Verifica-se a existência de um uso moralmente obrigatório do álcool, reforçado pelo meio:

Uma coisa que eu costumo dizer: quando você para de beber no meio de pessoas que bebem, o errado é você. Se eu estiver num meio social que tá todo mundo bebendo e você não estiver bebendo, o pessoal começa a te questionar.

Neves (2004) esclarece que: “nas sociedades ou nos contextos em que a alcoolização faz parte de um código de polidez, o abstinente é socialmente constrangido” (p. 9). Ademais, outro paciente reitera seu constrangimento: “Eu parei de beber e a ‘guerra’ [pressão] continua. Ficam me provocando, me chamando de ‘irmão de Marinha’ [militar de religião pentecostal]; acham que agora sou dedo-duro”.

Em nome da crença na existência de uma tradição naval de consumir álcool, faz-se obrigatória a presença das bebidas durante a execução de tarefas, nos festejos e solenidades. Novamente, Hobsbawm (2008) instrui que: “o objetivo e a característica das ‘tradições’ é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição” (p. 10).

Apesar dos incentivos, se houver prejuízos ao serviço, os próprios militares terão que corrigir as falhas ou atrasos:

Na quinta-feira teve uma festa no quartel que teve bebedeira até cinco da tarde. Sexta-feira já tava “pegando” [*dando problema*] tudo! Porque tinha lições pra fazer e eles não deram o “pronto” [*não finalizaram a tarefa*]. Então ficou tudo pra sexta-feira. Isso foi patrocinado pelo próprio quartel, era confraternização do aniversário do quartel.

Pelo relato desse paciente, por causa da liberação da ingestão de bebidas alcoólicas na festa, as tarefas não foram cumpridas, indicando o contrassenso interno:

Têm vezes que eles mesmos incentivam a bebida, tem churrasco, liberam nas “faxinas” [*tarefas*]. Dependendo do comando, resolvem prender. Hoje em dia eles preferem encaminhar pro Cedeq, pra não dá problema na Justiça.

Enquanto as praças representam quase 100% da clientela do Cedeq e a presença dos oficiais em tratamento é praticamente insignificante, segundo o ponto de vista dos pacientes, sua ausência poderia ser justificada pelo medo de serem rotulados como dependentes químicos, prejudicando suas carreiras. Todavia, para contrabalançar o visível ritmo desgastante no trabalho, as oportunidades e os pretextos para beber se multiplicam no expediente, distribuídos para ajudar a concluir as tarefas: “Pra dar uma enganada, né? [*em tom jocoso*]” “É, eu vou te ‘apertar’ [*exigir*], mas daqui a pouquinho vai ficar tudo tranquilo, entendeu?” “Vai beber seu chopinho, sua cerveja” [*reproduzindo a fala de um superior*]. Aí, o cara abusa e fica taxado de cachaceiro, alcoólatra [*em tom de deboche*].”

Esse paciente mostra-se cínico ao falar do funcionamento do sistema naval: se, por um lado, ele é exigente, “apertando” o sujeito, por outro, é condescendente, prometendo que tudo ficará “tranquilo”. No entanto, ele insinua que a condescendência seria fictícia, para iludir a tripulação. A promessa de liberação das bebidas para atenuar o cansaço seria uma das engrenagens da “sistemática do engano”. Mesmerizados pelas promessas de beber e, adiante, inebriados pelos efeitos químicos e psicológicos dos etílicos, os militares poderiam abdicar de lutar, entregando-se ao álcool.

Independentemente da propensão para desenvolver o alcoolismo em termos familiares, genéticos ou psicológicos, constata-se que a MB e seus *trabalhos marinheiros* ajudam o sujeito a procurar o álcool para aliviar as tensões provenientes do ambiente laboral. Por isso, outro paciente do grupo falou da “voga naval” [*estilo*] que estimularia o beber: “Facilita [*em tom afirmativo e enfático*], facilita! Ih, sexta-feira, então... [*ri*], sexta-feira era o meu dia! [*ênfase*] Já tava preparando o ‘cafofo’ [*alojamento*] lá pra gente [*colegas*]”.

Embora tenha sido possível constatar que certos aspectos laborais estejam imiscuídos às práticas de beber, ao mesmo tempo, a Marinha dispõe de estratégias de prevenção e de tratamento para lidar com o consumo abusivo, com os episódios de intoxicação alcoólica e com os efeitos do alcoolismo de seu contingente:

Tive apoio do comandante. Ele viu o que se passava. Aconteceu tudo de uma vez só: separação, internação no [*hospital da MB*] Marcílio Dias, o tratamento aqui no Cedeq. Então, veio tudo de uma vez só! Então, meu comandante tava preocupado comigo: “O que é que tá havendo contigo?” [*reproduzindo a pergunta do comandante*].

O papel dos superiores hierárquicos nesse panorama, de apoio ou de intransigência para com o subordinado, parece variar conforme as características individuais de cada um e segundo o tipo de relacionamento entre as partes. Por isso, o amparo que esse paciente recebeu de seu comandante não necessariamente ilustra a atitude corrente das chefias. Em vez de esse suporte ter que depender de fatores pessoais, deveria haver a aplicação ampla de uma sistemática que preparasse os militares para lidar com seus subordinados. Geralmente, os

militares não têm qualquer orientação para abordar a questão do uso de drogas no batalhão, navio, divisão, departamento, seção, ou outro setor. A inclusão de informações em palestras, cursos e treinamentos sobre os conhecimentos básicos da dependência química serviria de diretriz comum para que as chefias pudessem ter um padrão sobre como agir, minimizando preconceitos, mitos e ambiguidades.

## Discussão

Os resultados sugeriram que a mentalidade naval em torno da questão do uso de etílicos no ambiente laboral opera calcada em algumas concepções embasadas no senso comum. Acredita-se que a organização naval ainda seja “míope”, incapaz de analisar criticamente as práticas em voga, naturalizando-as em razão dos usos e costumes.

Por isso, nessa oportunidade, serão apresentados e discutidos alguns dados que ajudam a esclarecer o quanto a ingestão de bebidas pode se converter em um problema de saúde pública, na dimensão do usuário, para a organização e para a sociedade. Espera-se que eles sirvam de balizas norteadoras a ajudarem a instituição naval a repensar o seu posicionamento ambíguo e inconsistente, redirecionando seus costumes para atividades estreitadoras dos laços entre os colegas de farda sem colocar em risco sua integridade orgânica e mental, protegendo o patrimônio institucional e resguardando o cumprimento de sua missão constitucional de defender a pátria, contando com uma tripulação hígida.

O etilismo no ambiente laboral é um tema que merece uma atenção inadiável tendo em vista as repercussões perniciosas e fatais, ainda que muitas permaneçam silenciosas. A apresentação de alguns dados ajuda a ilustrar e a esclarecer a relevância e magnitude do tema.

O I Levantamento Nacional sobre os Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira chama a atenção para o seguinte fato:

É na quantidade de doses tomadas em um único dia que o beber como lazer pode transformar-se em uso nocivo do álcool, com danos para a saúde que vão da exposição a doenças ao risco de acidentes graves (LARANJEIRA, PINSKY, ZALESKI e CAETANO, 2007, p. 34).

Esse estudo esclarece que o padrão de consumo mais associado aos danos relacionados ao álcool é o episódico pesado (*binge drinking*): a ingestão, em um único episódio, de cinco doses ou mais para os homens, e quatro doses ou mais para as mulheres. O beber em *binge*, isto é, em muitas doses em um curto espaço de tempo, constitui uma forma de consumo perigosa e comumente associada a vários problemas orgânicos, mentais e sociais (NAIMI, BREWER, MOKDAD, DENNY, SERDULA e MARKS, 2003), tais como a desinibição comportamental, o comprometimento cognitivo, a diminuição da atenção, o rebaixamento da capacidade de julgamento, diminuição da coordenação motora, entre outros (LARANJEIRA et alii, 2007).

Na MB, os episódios de embriaguez costumam ser incorporados à rotina diária sem que se proceda a uma maior problematização da questão, fazendo-se “vista grossa”. A administração militar se envolve na questão dos padrões de consumo de álcool de sua tripulação quando eclodem manifestações palpáveis alterando a rotina laboral e a produtividade, desde o absenteísmo até graves problemas financeiros. Somente então se recorre aos instrumentos administrativo-disciplinares. Em última instância, opta-se pelo encaminhamento para orientação especializada ou para o tratamento no Cedeq. Geralmente, não é feita uma reflexão ou discussão sobre as razões da intoxicação ou das recidivas. As chefias tendem a ser mais complacentes com os bebedores leves e moderados que não demonstrem descontrole, fenômeno nomeado por Kreitman (1986) de *paradoxo da prevenção*. Faz-se necessário que estratégias preventivas e de redução dos problemas decorrentes da ingestão do álcool contemplem os bebedores moderados e que façam uso abusivo eventual, ou seja, os que são mais suscetíveis de provocar danos em razão do consumo de etílicos, em vez de ater-se apenas àqueles que já são dependentes.

Instituições, como a MB, devem se conscientizar sobre a gravidade desse problema e se alinhar às diretrizes estabelecidas pelo decreto presidencial nº 6.117 da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde do Ministério da Saúde (BRASIL, 2007), que trata da Política Nacional sobre o Álcool. É de interesse particular a diretriz de número 18, que se refere às iniciativas de prevenção ao uso prejudicial de bebidas alcoólicas no ambiente de trabalho.

Conforme disposto pela Organização Internacional do Trabalho, baseando-se na publicação do International Labour Office (ILO, 1996) a respeito das atribuições dos empregadores frente à questão do uso de álcool e drogas no trabalho, eles devem providenciar e manter um espaço laborativo seguro e saudável ao restringir ou proibir a posse, o consumo e a venda de bebidas alcoólicas no local, incluindo a cantina e o refeitório, baseando-se em uma política clara e inequívoca. O consumo de etílicos deve restringir-se às situações específicas em certos limites bem definidos de quantidade de unidades a serem consumidas. Essa publicação ressalta o cuidado ao se beber antes de iniciar o trabalho, ou durante intervalos para refeição, pois essa prática pode prejudicar o tempo de reação do trabalhador e produzir outros efeitos adversos físicos e psicológicos, sendo, assim, susceptível de conduzir a uma situação de risco ou de má tomada de decisão. Além disso, a organização deve oferecer aos trabalhadores com problemas com uso de álcool aconselhamento, tratamento e reabilitação, antes de considerar a imposição de medidas disciplinares.

Algumas empresas brasileiras têm obtido sucesso com a implantação de programas de detecção, prevenção e tratamento da dependência química que revelaram ser, mais do que uma medida de contenção de gastos e de perdas financeiras, um investimento. Esse é um aspecto que pode ser dimensionado considerando-se os gastos públicos feitos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) entre 2002 e junho de 2006, quando R\$ 36.887.442,95 foram gastos com o tratamento de dependentes de álcool e drogas em unidades extra-hospitais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007).

Araújo (2004[1986]) aponta que determinados fatores podem contribuir para o maior risco profissional se houver o consumo excessivo de álcool, entre eles: a disponibilidade do álcool, a pressão social para beber, a separação da norma social (solidão e falta de apoio familiar), a ausência de supervisão (distância/ausência das chefias), a alta ou baixa renda, a tensão, estresse e perigo, e a existência de pré-seleção de população de alto risco (profissões que atraem pessoas propensas a se tornarem bebedores: cozinheiros, estivadores, médicos, profissionais da marinha mercante), enfim, aspectos que se enquadram no perfil da tripulação marinheira.

A necessidade de limitar a disponibilidade física de álcool foi apontada por De Boni (2011) ao estudar a relação entre beber e dirigir. Ela esclarece que o número de mortes por ano provocadas pelo consumo abusivo de álcool e os acidentes de trânsito é de 2,5 e 1,2 milhões, respectivamente, em todo o mundo. Para prevenir as consequências do abuso de álcool, a autora conclui que deve ser feita a restrição dos pontos de consumo de álcool (*alcohol outlets*), em particular dos estabelecimentos vendedores de bebidas alcoólicas, ou do zoneamento de áreas para a venda, obedecendo às recomendações internacionais. Esses dados convidam à reflexão sobre a presença de bares, cantinas e refeitórios nas unidades navais com etílicos, vendidos ou distribuídos para a tripulação naval, isentos de barreiras físicas e sociais.

Um estudo realizado em âmbito naval por Silva e Santana (2004) analisando certidões de óbito entre 1991 a 1995, requeridas para concessão de pensões a dependentes, indica que o uso nocivo do álcool e o alcoolismo de militares ao longo de suas carreiras podem passar despercebidos pelas autoridades navais. Essas certidões identificaram que as doenças do fígado, a pancreatite e a hemorragia digestiva, associadas ao consumo de álcool, encontravam-se entre as maiores razões de mortalidade proporcional.

Ainda a respeito do uso de álcool no ambiente laboral, Frone (2006) assinala que 15% da força de trabalho americana são afetados pelo uso de álcool no trabalho, o que corresponde a 19,2 milhões de trabalhadores, sendo que: 2,3 milhões bebem antes do trabalho; 8,9 milhões o fazem durante a jornada; e 2,1 milhões trabalham sob a influência da substância.

Zaloshnja, Miller, Hendrie e Galvin (2007) realizaram um estudo estimando o custo anual dos prejuízos relacionados com o uso do álcool para os empregadores entre 1998 e 2000. A incidência baseou-se nos dados associados aos prejuízos ocupacionais, acidentes de veículos e de atenção de saúde, relacionados aos seus empregados e seus dependentes. Os resultados apontaram para um custo excedendo os US\$ 28,6 bilhões, sendo que US\$ 13,2 bilhões relacionados aos prejuízos do envolvimento de álcool no trabalho; mais de US\$ 9,2 bilhões aos acidentes provocados por veículos, nos quais pelo menos um motorista estava afetado pelo álcool; e, por fim, US\$ 3,4 bilhões relacionados com o envolvimento do álcool no trabalho.

Pesquisas nas Forças Armadas americanas têm possibilitado conhecer melhor a questão do uso de álcool e drogas entre militares e civis (POLICH, 1981; AMES e JANES, 1992; AMES, GRUBE e MOORE, 1997; AMES e GRUBE, 1999; AMES, BARABAN, CUNRADI e MOORE, 2004; AMES e CUNRADI, 2004/2005). Na década de 1970, Cahalan, Cisin, Gardner e Smith (1973) já atestavam que a vida militar estimula o consumo de bebidas alcoólicas. A redução do beber pesado, segundo Bachman, Freedman-Doan, O'Malley, Johnston e Segal (1999), levou as Forças Armadas dos EUA a aplicarem esforços para reverter o estereótipo do soldado que precisa “ser forte” e que deve “saber beber”.

Como inexistem levantamentos sobre os padrões de consumo de bebidas no ambiente de trabalho na MB, os custos humanos e materiais envolvidos permanecem desconhecidos, sobretudo por não haver uma preocupação das autoridades navais com esse tema, optando por manter as *tradições navais étlicas* e a aplicação dos usuais procedimentos administrativos pautados no emprego do RDM. Talvez o maior avanço da administração naval nos últimos anos tenha sido considerar o encaminhamento dos adictos para avaliação e tratamento com profissionais da área da saúde (médica e psicológica) e da assistência integrada (assistência social, jurídica e religiosa), em vez de restringir sua abordagem nas soluções administrativas.

Outra questão a ser discutida refere-se à confiabilidade e fidedignidade dos relatos dos pacientes. A esse respeito, Thompson (1992) esclarece que costuma haver uma tendência a crer que os depoimentos orais sejam imprecisos e fantasiosos, ainda mais oriundos das praças pertencentes a um segmento menos prestigiado e que, ao mesmo tempo, são alcoólicos, pacientes do Cedeq. Buscou-se captar suas verdades sem o compromisso de retraçar a genealogia dos fatos, nem de apurar a existência de provas, ou fazer acareações, intentando corroborar ou refutar dados. De fato, suas falas se apoiaram em suas experiências subjetivas de valor inestimável, mormente como práticas simbólicas, permanentemente abertas à reformulação. Tal como Lambek (1996) assinala, elas se ancoram tanto na memória, quanto no esquecimento. Por conseguinte, a experiência narrada pelos pacientes do Cedeq não se fez em termos cronológicos, sujeitos à capacidade

mnemônica de recuperar informações precisas, seguindo um roteiro. Ademais, considera-se que o próprio passado não é inteiramente contínuo, não é acabado e encerrado. Em vez disso, o ato de narrar ajudou a fundar os próprios indivíduos, redefinindo os significados de suas vidas.

O ato de (re)construir suas lembranças vai além da mera reprodução de uma experiência: ela é a sua representação (FREUD, 1974[1930]). Conforme propõe Alberti (2004), suas falas pressupõem um “ouvir contar”, ou seja, apurar o ouvido e reconhecer os fatos que, de outro modo, poderiam passar despercebidos. Por meio desse instrumento, tornou-se possível o preenchimento de um vazio perante a falta de documentação oficial sobre a experiência dos pacientes do Cedeq no universo do trabalho naval, viabilizando, ao mesmo tempo, a construção de um ponto de vista alternativo (DEBERT, 1986). Pelo exposto, concluiu-se que a verdade dos pacientes do Cedeq seja irretorquível, sem a pretensão de terem sido despojados do uso de máscaras. O contato estreito de cunho terapêutico prévio entre uma das pesquisadoras e os pacientes, bem como o laço por pertencerem à categoria militar, imersos na mesma cultura, reduziram algumas camadas desses véus.

Contudo, essa proximidade não pôde resolver completamente o temor às sanções que podem sempre ser acionadas a partir da lógica da hierarquia e disciplina, pelos superiores hierárquicos, exigindo, tacitamente, o silêncio a respeito do que se passa nos bastidores institucionais. Ainda assim, aos poucos, vieram à tona os elementos que nutriram a própria definição do tema central da pesquisa, a saber, os aspectos da organização naval que participaram da construção de suas formas de beber. Logo, o acesso a uma profunda gama de informações foi grandemente facilitado por uma das pesquisadoras ser integrante da MB, sendo particularmente sensível a determinados aspectos laborais, também experimentados por ela de forma visceral.

Por outro lado, cientes do seu novo papel de pesquisadora no Cedeq, alguns pacientes decidiram fornecer informações que pudessem aclarar sua oposição à organização naval, trazendo à tona as ambivalências da MB. Conscientes da oportunidade excepcional de terem voz ativa, ainda que momentaneamente, eles tentaram reverter sua posição su-

balterna no sistema, assumindo um lugar privilegiado nessa dinâmica. Transformaram-se em informantes úteis sobre os acontecimentos nos bastidores, rompendo com o silêncio imposto por sua condição marginal.

Os membros desses grupos de status baixo sabem muito a respeito da região interior dos grupos de status alto, mas não estão pessoalmente comprometidos na manutenção do seu desempenho. Não são confidentes neutros e não são indivíduos que gozam do privilégio de penetrarem na região interior sob certas circunstâncias, em virtude do sigilo profissional de sua posição, como os médicos e os advogados em nossa sociedade (BERREMAN, 1980[1962], p. 170).

Por isso, eles representam um embaraço à organização e constante ameaça de subversão para os dominantes, muitas vezes sendo submetidos a controles rígidos. Porém, apesar de eles se comunicarem mais livremente por terem pouco a perder, em geral, o impacto de sua ação pode ser neutralizado porque seus pronunciamentos e experiências não costumam ser considerados relevantes ou verdadeiros. Há uma tendência a desqualificá-los como se não pudessem ser informantes legítimos sobre o que se passa no universo militar, ainda mais por não terem prestígio, sobretudo pelo seu atribulado percurso profissional e pessoal. Contudo, a relevância do relato não deve se fixar nos predicados do sujeito estudado. A esse respeito, Goffman (1959) esclarece:

Para um colega destituído é sempre possível tornar-se um renegado e vender à plateia os segredos da peça que seus irmãos de ontem ainda representam. Cada papel tem seus sacerdotes destituídos de suas vestes para nos contarem o que acontece no mosteiro (p. 164).

Embora a pesquisadora tenha sido familiar e estranha ao campo de pesquisa, incapaz de desvendar todos os segredos, ela também desempenhou um comportamento padronizado (BERREMAN, 1980[1962]) diante dos pacientes do Cedeq. Essa é uma postura que, diga-se de passagem, é muito semelhante à requerida como psicoterapeuta de grupo, buscando sempre uma neutralidade, sem revelar suas crenças e opini-

ões. Portanto, nessa trajetória, mais do que se apressar em julgar e silenciar o uso de etílicos, foi importante ter em mente que a prática do uso do álcool cumpre uma função, devendo ser mais amplamente investigada, sobretudo considerando-se as resistências impostas pelas instituições militares para a realização de pesquisas, um tema já identificado por outros autores (COELHO, 1976; CASTRO, 2004), ainda mais em se tratando da questão do alcoolismo no trabalho. Todavia, isso foi superado em razão de o estudo ter ocorrido em um campo e com uma população acessíveis graças à posição social (institucional) de uma das pesquisadoras<sup>8</sup>.

## Considerações finais

Os modos de consumir etílicos a bordo revelam não apenas as incongruências institucionais diante das regras objetivas e das normas flexibilizadas pelas circunstâncias; eles desnudam, sobretudo, as distinções entre os segmentos das praças e dos oficiais. De fato, desde os tempos da conscrição forçada até a atualidade, observa-se uma figuração entre as seguintes posições: desviantes/*outsiders* (praças) e estabelecidos/*established* (oficiais) (BECKER, 1963; 1977), que são relativas, dependendo do grau de coerção sobre as partes. Tendo em vista que elas têm uma relação de complementaridade e de interdependência, as praças tendem a ser compelidas a ocuparem espaços de inferioridade e de submissão perante os oficiais, internalizando crenças depreciativas a seu respeito (HALPERN, LEITE, SILVA FILHO, 2010a; HALPERN, LEITE, 2011a; 2011b; 2012a; 2012b; 2013). Obedecendo às características intrínsecas da cadeia de comando, essas figurações de dominação se reproduzem, estabelecendo novos gradientes de poder (ELIAS e SCOTSON, 2000). No século XIX, essa figuração era assegurada pelo oficialato, com os castigos corporais, visando manter a hierarquia e a disciplina nas embarcações e reafirmar sua autoridade com as manifestações públicas de sofrimento do infrator. Os casos de insubordinação e de indisciplina, muitas vezes inflamados pela aguardente, acabavam desmoralizando o comandante e irritando os oficiais (NASCIMENTO, 2004).

8 Com isso, inaugurou-se uma pesquisa sobre o tema da dependência química entre militares, em particular o álcool, uma experiência que requereu cautela para não ferir suscetibilidades em se tratando de um assunto delicado e complexo. Infiltrando-se nas frestas da organização naval, cumprindo todas as exigências burocráticas e suplantando as oposições institucionais, as bases da pesquisa puderam ser alcançadas no Cedeq. Por estar em “seus domínios”, ou melhor, com algum grau de autonomia considerando o amplo organograma institucional, foram criadas as condições mínimas para desenvolver a pesquisa, tentando superar as limitações intrínsecas da mentalidade naval um tanto apartada da vida acadêmica. Fazendo-se valer do mergulho no campo, conseguiu que as falas dos pacientes dessem substância e legitimidade à discussão sobre o uso de álcool a bordo.

Na atualidade, ainda lançando mão dos preceitos historicamente produzidos da hierarquia e da disciplina, procura-se manter esses grupos relativamente apartados, mormente pela aplicação dos regulamentos disciplinares às praças. Por outro lado, constata-se que a hierarquia e a disciplina são alicerces institucionais mais flexíveis do que se pode imaginar, podendo ser afrouxados ou tensionados em função dos interesses vigentes. Acredita-se que o que esteja em pauta seja o desejo (volátil) sobre a aplicação do poder, vontade que pode se articular nos bastidores da organização de forma inconstante e errática. Logo, não se trata de um processo de mando que cumpre etapas previsíveis, seguindo um roteiro estável. Na realidade, ele é afetado por interesses variados, ao bel-prazer de associações e disjunções.

Ações e concepções cotidianamente reproduzidas em prol do etilismo são erigidas pelo indivíduo, organização e sociedade, reforçadas por táticas mirabolantes da mídia que promete resultados mágicos ao consumidor. Estratégias performáticas consolidam mitos que conferem ao álcool atributos viris e a certeza de sucesso, em consonância com a mítica nacional de que a alegria e a descontração serão asseguradas com a liberação. Um apelo irrecusável para lubrificar relacionamentos e associações consolida o governo das “tulipas” e dos “canecos” na maior parte dos congraçamentos. Uma *pedagogia do beber* (HALPERN, LEITE e SILVA FILHO, 2010; HALPERN e LEITE, 2013) consolida o habitus alcoólico no meio naval, disseminando a lição-mor do beber, assegurando a aprendizagem de *sociabilidades éticas* que preveem a assimilação de códigos grupais, na forma de trejeitos, gírias e brincadeiras, servindo de senhas de ingresso às rodas festivas, conferindo contornos palpáveis ao chamado “espírito de copo”.

Apesar da MB possuir um efetivo de 59.600 indivíduos (MARINHA DO BRASIL, 2012), o número de militares em tratamento no Cedeq, ao longo dos seus 14 anos de funcionamento, nunca foi superior a 50 pacientes/ano, tendo se mantido nesta faixa nos últimos cinco anos, valor que corresponde a menos de 0,1% do efetivo naval. O desconhecimento da magnitude do consumo de drogas na MB dificulta o mapeamento dos envolvidos, obstando a aplicação de medidas de proteção em todos os níveis. É fundamental um reposicionamento da MB nesse cenário, reconhecendo como

ela retroalimenta esta ciranda mórbida. Sua patente negação promove o diagnóstico tardio, dirigindo seus esforços ao indivíduo já encontrado em um estágio avançado de comprometimento orgânico, psicológico, financeiro e familiar. Há que se investir em medidas preventivas, aspecto discutido em outra oportunidade a propósito do emprego de uma *lei seca no mar* (HALPERN e LEITE, 2010).

Tendo em vista a incongruência entre a lógica da tradição e a da punição, para reduzir essa lacuna é preciso rever quais costumes deverão ser incentivados, visando ao fortalecimento do *espírito de corpo* (e não do “de copo”), sem prejudicar a instituição ou seus integrantes.

## Referências

- ALCOÓLICOS ANÔNIMOS. (1996), O Grupo de AA: Onde tudo começa. São Paulo, Junaab.
- ALBERTI, Verena. (2004), Ouvir contar: Textos em história oral. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- AMES, Genevieve M. [e] JANES, Craig. (1992), “A Cultural Approach to Conceptualizing Alcohol and the Workplace”. *Alcohol Health & Research World*, Vol. 16, nº 2, pp. 112-119.
- AMES, Genevieve M.; GRUBE, Joel W. [e] MOORE, Roland S. (1997), “The Relationship of Drinking and Hangovers to Workplace Problems: An Empirical Study”. *Journal of Studies on Alcohol*, Vol. 58, nº 1, pp. 37-47.
- AMES, Genevieve M. [e] GRUBE, Joel W. (1999), “Alcohol Availability and Workplace Drinking: Mixed Method Analyses”. *Journal of Studies on Alcohol*, Vol. 60, nº 3, pp. 383-393.
- AMES, Genevieve M.; BARABAN, Elizabeth A.; CUNRADI, Carol B. [e] MOORE, Roland S. (2004), “A Longitudinal Study of Drinking Behavior Among Young Adults in the Military”. Trabalho apresentado no Annual Scientific Meeting da Research Society on Alcoholism. Vancouver, Canadá.
- AMES, Genevieve M. [e] CUNRADI, Carol B. (2004/2005), “Alcohol Use and Preventing Alcohol-Related Problems Among Young Adults in the Military”. *Alcohol Research & Health*, Vol. 28, nº 4, pp. 252-257.
- ARAÚJO, Vicente Antônio de. (2004[1986]), Para compreender o alcoolismo. São Paulo, Edicom.
- BACHMAN, Jerald G.; FREEDMAN-DOAN, Peter; O'MALLEY, Patrick M.; JOHNSTON, Lloyd D. [e] SEGAL, David R. (1999), “Changing Patterns of Drug Use Among US Military Recruits Before and After Enlistment”. *American Journal of Public Health*, Vol. 89, nº 5, pp. 672-677.
- BARTH, Fredrik. (2000), “A análise da cultura nas sociedades complexas”. Em: LASK, Tomke (org). O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro, Contracapa, pp. 107-139.

- BECKER, Howard S. (1963), "Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance". Nova York, Free Press.
- \_\_\_\_\_. (1977), Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro, Zahar.
- BERREMAN, Gerald. (1980[1962]), "Por detrás de muitas máscaras". Em: ZALUAR, Alba (org). Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro, Francisco Alves, pp. 123-174.
- BLUMER, Herbert. (1986), Symbolic Interactionism: Perspective and Method. Berkeley (EUA), University of California Press.
- BOURDIEU, Pierre. (2005), Esboço de auto-análise. São Paulo, Companhia das Letras.
- BRASIL. (1914), Códigos Penal e Militar da Armada. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- \_\_\_\_\_. (1980), Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980: Dispõe sobre o Estatuto dos Militares.
- \_\_\_\_\_. (1983), Decreto nº 88.545, de 26 de julho de 1983: Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha e Dá Outras Providências.
- \_\_\_\_\_. (2007), Decreto nº 6.117, 22 de maio de 2007: Aprova a Política Nacional sobre o Alcool, dispõe sobre as medidas para redução do uso indevido de álcool e sua associação com a violência e criminalidade e dá outras providências.
- CAHALAN, Donald; CISIN, Ira H.; GARDNER, Geoffrey L. [e] SMITH, Gorman C. (1973), "Drinking Practices and Problems in the US Army, 1972". Report nº 73-6. Arlington, Information Concepts Inc.
- CASTRO, Celso. (2004), O espírito militar: Um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro, Zahar.
- COELHO, Edmundo Campos. (1976), Em busca de identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- DA MATTA, Roberto. (1978), "O ofício do etnólogo, ou como ter 'anthropological blues'". Em: NUNES, Edson O. (org). A aventura sociológica: Objetividade, paixão, improvisado e método na pesquisa social. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 23-35.

- DEBERT, Guita Grin. (1986). “Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral”. Em: CARDOSO, Ruth (org). *A aventura antropológica: Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 141-156.
- DE BONI, Raquel Brandini. (2011), *Disponibilidade de bebidas alcoólicas e beber e dirigir*. Tese (Doutorado), PPGPSIQ, UFRGS.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias [e] GOMES, Edlaine de Campos. (2008), *Três famílias: Identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- ELIAS, Norbert [e] SCOTSON, John L. (2000), *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- FOSSEY, Ellie; HARVEY, Carol; McDERMOTT, Fiona [e] DAVIDSON, Larry. (2002), “Understanding and Evaluating Qualitative Research”. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, Vol. 36, nº 6, pp. 717-732.
- FREUD, Sigmund. (1974[1930]), “O mal-estar na civilização”. Em: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, Vol. 21. Rio de Janeiro, Imago.
- FRONE, Michael R. (2006), “Prevalence and Distribution of Alcohol Use and Impairment in the Workplace: A US National Survey”. *Journal of Studies on Alcohol*, Vol. 67, nº 1, pp. 147-156.
- GOFFMAN, Erving. (1959), *The Presentation of Self in Everyday Life*. Nova York, Doubleday.
- GROLEAU, Danielle; YOUNG, Allan [e] KIRMAYER, Laurence. (2006), “The McGill Illness Narrative Interview (MINI): An Interview Schedule to Elicit Meanings and Modes of Reasoning Related to Illness Experience”. *Transcultural Psychiatry*, Vol. 43, nº 4, pp. 671-691.
- HALPERN, Elizabeth Espindola; FERREIRA, Salette Maria Barros [e] SILVA FILHO, João Ferreira da. (2008), “Os efeitos das situações de trabalho na construção do alcoolismo de pacientes militares da Marinha do Brasil”. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, Vol. 11, nº 2, pp. 273-286.

- HALPERN, Elizabeth Espindola; LEITE, Ligia Maria Costa [e] SILVA FILHO, João Ferreira da. (2010), “Bebendo a bordo: Tradição aprendida”. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*, Vol. 28, nº 1, pp. 151-176.
- HALPERN, Elizabeth Espindola [e] LEITE, Ligia Maria Costa. (2010), “Lei seca no mar: Desafios preventivos na Marinha do Brasil”. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Vol. 62, nº 2, pp. 103-114.
- HALPERN, Elizabeth Espindola [e] LEITE, Ligia Maria Costa. (2011a), “The Construction of the Alcoholic Habitus and Alcohol Consumption in the Workplace Among Military Patients of Brazilian Navy”. *Cadernos de Saúde Coletiva*, Vol. 19, nº 3, pp. 356-365.
- HALPERN, Elizabeth Espindola [e] LEITE, Ligia Maria Costa. (2011b), “Decifrando os significados dos ‘comportamentos etílicos navais’ de pacientes militares”. *Boletim de Psicologia*, Vol. 61, nº 135, pp. 177-191.
- HALPERN, Elizabeth Espindola [e] LEITE, Ligia Maria Costa. (2012a), “Representações de adoecimento e cura de pacientes do Centro de Dependência Química do Hospital Central da Marinha”. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Vol. 17, nº 4, pp. 1.079-1.089.
- HALPERN, Elizabeth Espindola [e] LEITE, Ligia Maria Costa. (2012b), “A farda ‘siri cozido’ e a ‘branquinha’: Narrativas de vida de um paciente militar alcoolista”. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, Vol. 15, nº 1, pp. 65-80.
- HALPERN, Elizabeth Espindola [e] LEITE, Ligia Maria Costa. (2013), “A interseção entre os ‘trabalhos marinheiros’ e o alcoolismo”. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, Vol. 13, nº 2, pp. 111-126.
- HOBBSAWM, Eric J. (2008), “Introdução: A invenção das tradições”. Em: HOBBSAWM, Eric J. [e] RANGER, Terence (orgs). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 9-23.
- HOLSTEIN, James A. [e] GUBRIUM, Jaber F. (1995), “The Active Interview”. Thousand Oaks (EUA), Sage.

- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). (1996), *Management of Alcohol- and Drug-Related Issues in the Workplace: An ILO Code of Practice*. Genève, International Labour Office, International Labour Organization (ILO). Disponível (on-line) em: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed\\_protect/@protrav/@safework/documents/normativeinstrument/wcms\\_107799.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_protect/@protrav/@safework/documents/normativeinstrument/wcms_107799.pdf)
- KREITMAN, Norman. (1986), "Alcohol Consumption and the Preventive Paradox". *British Journal of Addiction*, Vol. 81, nº 3, pp. 353-363.
- LAMBEK, Michael. (1996), "The Past Imperfect: Remembering as Moral Practice". Em: ANTZE, Paul [e] LAMBEK, Michael (orgs). *Tense Past: Cultural Essays in Trauma and Memory*. Londres, Routledge, pp. 235-254.
- LARANJEIRA, Ronaldo; PINSKY, Ilana; ZALESKI, Marcos [e] CAETANO, Raul. (2007), *I Levantamento Nacional sobre os Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira*. Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (Uniad), Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo/Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), Presidência da República, Gabinete de Segurança Nacional.
- MALINOWSKY, Bronislaw. (1984 [1922]), *Argonauts of the Western Pacific*. Long Grove (EUA), Waveland.
- MALTERUD, Kirsti. (2001), "Qualitative Research: Standards, Challenges, and Guidelines". *The Lancet*, Vol. 358, nº 9.280, pp. 483-488.
- MAXWELL, Joseph A. (1996), *Qualitative Research Design: An Interactive Approach*. Londres, Sage.
- MEAD, George Herbert. (1982), *The Individual and the Social Self: Unpublished Work of George Herbert Mead*. Chicago, University of Chicago Press.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (2006), *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, Hucitec.
- \_\_\_\_\_ (org); DESLANDES, Suely Ferreira [e] GOMES, Romeu. (2007), *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Vozes.

- MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2007), Boletim Eletrônico da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde de 29 de maio. Brasília, Presidência da República, Ministério da Saúde. Disponível (on-line) em: [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/svs\\_maio\\_b.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/svs_maio_b.pdf), 2011
- NAIMI, Timothy S.; BREWER, Robert D.; MOKDAD, Ali; DENNY, Clark; SERDULA, Mary K. [e] MARKS, James S. (2003), “Binge Drinking Among US Adults”. *Journal of the American Medical Association*, Vol. 289, nº 1, pp. 70-77.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. (2004), “Entre o convés e as ruas: Vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910)”. Em: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor [e] KRAAY, Hendrik (orgs). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro, FGV Editora, pp. 315-342.
- NEVES, Delma Pessanha. (2004), “Alcoolismo: Acusação ou diagnóstico?” *Cadernos de Saúde Pública*, Vol. 20, nº 1, pp. 7-36.
- PALMER, Richard. (1986), *Hermenêutica*. Lisboa, Edições 70.
- POLICH, John. (1981), “Epidemiology of Alcohol Abuse in Military and Civilian Populations”. *American Journal of Public Health*, Vol. 71, nº 10, pp.1.125-1.132.
- RICHARDS, Helen [e] EMSLIE, Carol. (2000), “The ‘Doctor’ or the ‘Girl From the University’? Considering the Influence of Professional Roles on Qualitative Interviewing”. *Family Practice*, Vol. 17, nº 1, pp. 71-75.
- SILVA, Marlene [e] SANTANA, Vilma Souza. (2004), “Ocupação e mortalidade na Marinha do Brasil”. *Revista de Saúde Pública*, Vol. 38, nº 5, pp. 709-715.
- SCHWANDT, Thomas. (1997), *Qualitative Inquiry: A Dictionary of Terms*. Thousand Oaks (EUA), Sage.
- SPRADLEY, James P. (1979), *The Ethnographic Interview*. Fort Worth, TX, Harcourt Brace.
- THOMPSON, Paul. (1992), *A voz do passado: História oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TESCH, Renata. (1990), *Qualitative Research: Analysis Types and Software Tools*. Nova York, Falmer.

- WEBER, Max. (2003). "A 'objetividade' do conhecimento na ciência social e na ciência política". Em: COHN, Gabriel (org). Max Weber: Sociologia. São Paulo, Ática, pp. 79-127.
- WHITLEY, Robert [e] CRAWFORD, Mike. (2005), "Qualitative Research in Psychiatry". Canadian Journal of Psychiatry, Vol. 50, nº 2, pp. 108-114.
- WHYTE, William Foote. (1943/2005). Sociedade da esquina: A estrutura de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro, Zahar.
- VELHO, Gilberto. (1978), "Observando o familiar". Em: NUNES, Edson de Oliveira (org). A aventura sociológica: Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 36-46.
- \_\_\_\_\_. (1998), Nobres e anjos: Um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro, FGV.
- ZALOSHNIJA, Eduard; MILLER, Ted R.; HENDRIE, Delia [e] GALVIN, Deborah (2007), "Employer costs of alcohol-involved injuries". American Journal of Industrial Medicine, Vol. 50, nº 2, pp. 136-142.

**RESUMEN:** El artículo **Tradiciones y castigo: el aguardiente del marinero y el whisky del comandante** parte de un estudio etnográfico, basado en la observación participante en dos grupos terapéuticos del Centro de Dependencia Química (Cedeq) de la Marina de Brasil. Los resultados mostraron que la institución al mismo tiempo estimula y prohíbe el consumo de bebidas alcohólicas, frente a la aplicación de medidas administrativas y punitivas sin criterios claros, que demuestran diferencias en las formas de consumo del alcohol entre los soldados y los oficiales. En conclusión, la Armada desconoce en qué medida actúa como facilitadora del alcoholismo de estos pacientes al mantener tradiciones navales favorables al consumo de bebidas durante la jornada de trabajo y también al aplicar medidas dúbias.

**Palabras clave:** alcoholismo, salud ocupacional, condiciones de trabajo, marina, tradiciones

#### **ELIZABETH ESPINDOLA HALPERN**

([espindolahalpern@yahoo.com.br](mailto:espindolahalpern@yahoo.com.br)) é psicóloga do Quadro de Apoio à Saúde da Marinha do Brasil. É doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria e Saúde Mental do Instituto de Psiquiatria (Ipub) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil) e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) do Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil).

#### **LIGIA MARIA COSTA LEITE** ([ligialeite@inveciveis.com](mailto:ligialeite@inveciveis.com))

é professora colaboradora do Ipub da UFRJ. É doutora pela Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ, mestre pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação (Iesae) da Fundação Getúlio Vargas (FGV, Rio de Janeiro, Brasil) e tem graduação em pedagogia pela Faculdade Notre Dame (Brasil).